



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0002693-78.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SHEILLA NEGRINI ROSA**
 Requerido: **GILDA AZAMBUJA DA COSTA RIBEIRO DOS SANTOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado a ré para que intermediasse a locação de um imóvel.

Alegou ainda que pagou a ela o valor de R\$800,00 a título de caução.

Ressalvou que posteriormente teve que desistir do negócio, mas a ré negou em lhe devolver o dinheiro.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais que experimentou.

A ré é revel.

Deixou de comparecer a audiência, não ofertando qualquer justificativa (fl. 13).

Aquela consequência é, portanto, de rigor, tendo em vista a ausência injustificada da ré à audiência de fl. 13, de sorte que se presumem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Pouco importa nesse contexto a oferta da contestação de fls. 8/12, a qual não poderá ser analisada porque não se supriu o não comparecimento da ré à audiência realizada.

Por outro lado, sequer há nos autos procuração que habilitasse a oferta daquela contestação.

No mérito a questão não desperta grande divergência.

Com efeito, é incontroverso que o pagamento foi levado a cabo em função de transação que a final não se consumou, pouco importando perquirir de quem teria sido a correspondente responsabilidade.

Em hipótese alguma seria concebível a retenção das importâncias, de modo que se acolhe no particular a postulação exordial.

Mesmo que se reconhecesse como pertinente sua explicação a propósito dos fatos trazidos à colação, ainda assim necessitaria restituir à autora a quantia que dela recebeu.

Como consequência, e à mingua de comprovação de qualquer gasto da ré que dissesse respeito ao pagamento ou de eventual sanção porventura imposta à autora, é de rigor que ela devolva à mesma a soma que recebeu, sob pena de inaceitável consagração de enriquecimento sem causa de sua parte em detrimento dela.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 800,00, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 28 de maio de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA